



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO PRESENCIAL/VIDEOCONFERÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE CINCO. (24-03-2025).

Ao vigésimo quarto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, segunda-feira, às nove horas e oito minutos, foi realizada a reunião presencial/por videoconferência. **Participaram da Reunião:** O Vereador Marcelo Monteiro Macedo, o Vereador Roberto Nicolau Cota, o Vereador Samuel de Freitas Martins, o Vereador Italo Henrique de Oliveira, o Vereador Fernando Sampaio de Castro, o Vereador Valmir Aparecido de Oliveira, o Vereador Mauricio Antonio Borges, o Vereador Ronaldo Bento, o Vereador José Sales, o Vereador José Antunes. **Registraram Presença:** A Sra. Úrsula Cunha, subprocuradora; o Sr. Edvaldo Andrade, Secretário do Governo; o Sr. Guilherme Schulz, representante da Transcotta; a Sra. Arlinda Gonçalves, Secretária de Administração; o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva, Secretário de Planejamento; o Sr. Eliabe de Freitas, representante do Demutran; a Sra. Jussara Ferreira de Jesus, portadora de fibromialgia. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, o Vereador Fernando Sampaio de Castro iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, solicitou aos Vereadores presentes a manifestação em relação à leitura da ata da última reunião e dispensou a leitura da mesma posteriormente. **ata da sexta reunião presencial/videoconferência das comissões permanentes de finanças legislação e justiça; educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e turismo; de viação, obras públicas, agricultura, indústria, comércio e meio ambiente, realizada na câmara municipal de mariana, no dia dezessete de março de dois mil e vinte cinco. (17-03-2025)**, em discussão e aprovada. Em seguida, o Presidente Fernando Sampaio de Castro apresentou o **Projeto de Lei Substitutivo nº46/2025 (Autoria do Vereador José Sales de Souza):** “Dispõe sobre a política municipal do programa de monitoramento contínuo da glicose em Mariana/MG e dá outras providências”. **O parecer jurídico foi favorável, e, após discussão, o projeto teve parecer favorável por unanimidade**, sendo encaminhado para a reunião subsequente. Na sequência, anunciou o **Projeto de Lei nº64/2025 (Autoria do Vereador Maurício Antônio Borges Andrade e Silva):** “Dispõe sobre o reconhecimento das pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência no município de Mariana e dá outras providências”. Solicitou, em seguida, o parecer jurídico da Sra. Úrsula Cunha, que, em resposta, manifestou parecer favorável. Com a palavra, o Vereador Mauricio Borges agradeceu pela inclusão da emenda modificativa na pauta e esclareceu que a redação original do artigo primeiro prevê de forma impositiva que o Município estabelecesse parcerias. Informou que, por recomendação do setor jurídico, a redação foi alterada para permitir que o Município “pudesse” estabelecer tais parcerias, a fim de evitar caráter taxativo na norma. Explicou que o projeto visava ao reconhecimento das pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência, relatando ter sido procurado anteriormente por uma munícipe, Sra. Jussara Ferreira de Jesus, que compartilhou sua experiência pessoal com a enfermidade. A partir deste contato, diversas manifestações foram recebidas de outros cidadãos com o mesmo diagnóstico. O Vereador destacou a complexidade do diagnóstico da fibromialgia e os impactos associados, como quadros de depressão, o que justificava a inclusão desses pacientes na rede de cuidados da saúde pública municipal. Informou que apresentou a proposta à Secretaria Municipal de Saúde e à Subsecretaria, obtendo acolhida positiva da ideia. Com a palavra, a Sra. Jussara Ferreira relatou seu histórico pessoal com a doença, informando que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

sintomas tiveram início em dois mil e dezessete e que, após meses sem diagnóstico, foi confirmada a fibromialgia em dois mil e dezoito. Informou que realizava tratamentos diversos, porém sem melhora significativa. Descreveu a doença como dolorosa, incurável e de tratamento complexo, a qual afetou sua vida profissional, social e emocional, gerando episódios de ausência no trabalho, conflitos interpessoais e tentativas de suicídio. Destacou o preconceito social, a falta de apoio previdenciário e a invisibilidade da condição. Solicitou a aprovação do projeto como medida de reconhecimento e garantia de direitos, agradecendo ao Vereador Maurício por seu apoio. Pela ordem, o Presidente Fernando Sampaio indagou sobre o atendimento da rede municipal de saúde às pessoas com fibromialgia. Em resposta, a Sra. Jussara Ferreira afirmou que o atendimento era insuficiente, relatando demora no encaminhamento para especialistas, negligência na emissão de laudos médicos e ausência de suporte terapêutico adequado. Diante disso, o Presidente sugeriu o agendamento de reunião com a Secretaria de Saúde para discussão do acolhimento efetivo a essa população. Com a palavra, o Vereador Maurício Borges reiterou que o projeto fora precedido de diálogo com a Secretaria de Saúde, que havia demonstrado disposição favorável à inclusão dos pacientes com fibromialgia na rede municipal. Ressaltou que a proposta era um marco inicial para a formulação de políticas públicas específicas. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique manifestou apoio irrestrito ao projeto, parabenizou o autor e destacou a necessidade de ações práticas. Lembrou a existência de legislação municipal sobre prioridade de atendimento e defendeu maior conscientização da sociedade sobre a doença. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento também declarou apoio ao Projeto, mas ponderou que os efeitos práticos da lei estariam restritos ao âmbito municipal, sem interferência direta sobre benefícios previdenciários federais. Propôs emenda ao projeto, prevendo redução de carga horária para servidores municipais diagnosticados com fibromialgia, a fim de garantir condições de tratamento e possível aposentadoria por invalidez. Ressaltou a importância de efetividade da norma, ainda que com limitações legais. Pela ordem, o Presidente Fernando Sampaio esclareceu que a emenda sugerida pelo Vereador Ronaldo não poderia ser acolhida naquele momento, por implicar aumento de despesa, o que exigiria iniciativa do Poder Executivo. Em resposta, o Vereador Ronaldo Bento, declarou que encaminhará a proposta ao setor jurídico e manteria a sugestão registrada como proposição futura. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique esclareceu que aposentadoria por incapacidade junto ao INSS dependeria de laudos médicos consistentes e que, embora os critérios fossem rígidos, era necessário oferecer orientação. Ressaltou que o projeto não se limitava à solidariedade simbólica, mas representava ação concreta do Legislativo. Na sequência, o Vereador Maurício Borges esclareceu que, em seus diálogos com a Sra. Jussara Ferreira e outros cidadãos, informara que o projeto não garantiria automaticamente benefícios previdenciários, mas representava o início de uma política de reconhecimento e acolhimento. Enfatizou a necessidade de apoio psicológico à população acometida, devido à frequente associação com quadros de depressão. Com a palavra, o Sr. Edvaldo Andrade manifestou apoio às colocações do Vereador Maurício e confirmou que a Secretaria Municipal de Saúde já se encontrava ciente e mobilizada para apoiar a execução do projeto. Pela ordem, o Presidente Fernando Sampaio criticou a postura de parte da rede de saúde, que atribuía os sintomas da fibromialgia exclusivamente a causas psicológicas. Destacou a gravidade da enfermidade e defendeu maior empatia dos profissionais. Reafirmou apoio ao projeto. Em seguida, a Sra. Jussara Ferreira informou ter criado um grupo de apoio virtual com sessenta integrantes diagnosticados com fibromialgia, o qual se tornará um espaço de fortalecimento coletivo. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique colocou a Comissão de Saúde à disposição do grupo e reiterou que, diante de omissões dos profissionais, o Legislativo deveria interceder para garantir acolhimento digno. Na sequência, o Vereador Marcelo Macedo reiterou apoio ao projeto, alertando para a importância da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

fiscalização da sociedade civil após a aprovação da norma, a fim de assegurar sua efetiva implementação. Ressaltou que, uma vez sancionada, a lei constituiria direito legítimo e deveria ser cobrada junto aos poderes constituídos. Pela ordem, o Presidente Fernando registrou os votos favoráveis dos membros da comissão, informando que o **Projeto de Lei nº64/2025 (Autoria do Vereador Maurício Antônio Borges Andrade e Silva)** estava oficialmente liberado para a reunião posterior. Em seguida, submeteu à avaliação o **Projeto de Lei nº66/2025 (Autoria do Vereador José Antunes Vieira)**: “Dá denominação oficial à logradouro público neste Município - Avenida Prefeito Roque Camello”. Solicitado o parecer jurídico, à Sra. Úrsula Cunha declarou-se favorável. Em seguida, o Presidente registrou a aprovação unânime da pauta, informando que o projeto foi liberado para a reunião das dezesseis horas. Na sequência, foi apresentado o **Projeto de Lei nº67/2025 (Autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves)**: “Dispõe sobre a criação da política pública de desenvolvimento econômico local e regional denominada “Programa Construindo Juntos” de fortalecimento dos empreendimentos voltados à construção civil, e dá outras providências”. Solicitado parecer jurídico, a Sra. Úrsula Cunha manifestou-se favorável. Pela ordem, o Sr. Edvaldo Andrade informou que o Secretário de Planejamento, Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva, responsável técnico pela proposta, encontrava-se presente. Com a palavra, o Sr. Marlon Silva agradeceu o espaço e apresentou as diretrizes do projeto, esclarecendo que o programa visava ao fortalecimento da economia local, assegurando que os recursos públicos investidos em obras permanecessem no município ou, em segundo plano, em sua região imediata. Fundamentou a proposta nas disposições da nova **Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e da **Lei Complementar nº 147/2014**, que previam a subcontratação obrigatória de microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas. Destacou que tais dispositivos legais permitiam licitações exclusivas para empresas sediadas num raio de até cem quilômetros, conforme entendimento recente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ressaltou que o projeto previa o pagamento direto às subcontratadas locais, com o objetivo de evitar inadimplências. Explicou que a proposta transformava a faculdade legal existente em obrigatoriedade contínua, buscando assegurar benefícios às empresas locais mesmo quando não estivessem aptas a disputar grandes contratos. Concluiu que o projeto representava uma política de desenvolvimento sustentável e proteção econômica para o município, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo agradeceu a explanação e declarou apoio à matéria, ressaltando a necessidade de ampla divulgação e efetiva implementação. Sugeriu a realização de audiência pública ou reunião com os empresários locais, a fim de orientá-los quanto às oportunidades previstas, tendo em vista dificuldades recorrentes em relação à documentação exigida nos certames. Comprometeu-se a estudar detalhadamente a matéria antes da reunião ordinária. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique parabenizou o Executivo pela iniciativa e apontou a recorrente evasão de recursos públicos para empresas externas. Reforçou a importância do pagamento direto às subcontratadas e sugeriu ações de capacitação em parceria com entidades como a CIAN. Destacou a necessidade de retenção de recursos no município, citando como exemplo a baixa permanência dos valores repassados pela Fundação Renova. Na sequência, o Vereador Roberto Cota manifestou apoio ao projeto, elogiando sua concepção como um avanço aguardado. Compartilhou experiências em reuniões regionais e criticou a preferência das grandes empresas por prestadores de fora. Defendeu a priorização dos empresários locais, em especial do setor de transportes. Com a palavra novamente, o Vereador Marcelo Macedo defendeu a inclusão dos comerciantes dos distritos no escopo da nova legislação. Criticou a falta de diálogo entre Executivo e Legislativo quanto à adesão ao novo acordo de reparação relacionado à tragédia do Fundão. Com a palavra, o Vereador José Salles declarou apoio ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

projeto e questionou sobre a inclusão do setor de eventos, relatando casos de subcontratações com valores irrisórios e inadimplências. Solicitou maior proteção a esses microempreendedores. Em resposta, pela ordem, o Sr. Marlon Silva esclareceu que o projeto, naquele momento, abrangia apenas a construção civil, voltado às futuras obras decorrentes dos acordos de reparação. Explicou que o artigo 2º previa ações de capacitação, assistência técnica e jurídica, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e entidades da sociedade civil. Informou ainda que a legislação federal permitia subcontratação com pagamento direto de até vinte e cinco por cento do valor do contrato, o que ampliaria a segurança dos prestadores locais. Com a palavra, o Vereador Valmir Aparecido parabenizou a proposta, considerando-a um importante instrumento de fomento à economia local, e manifestou voto favorável. Em seguida, o Vereador Samuel de Freitas também parabenizou o Secretário e manifestou preocupação com a inclusão dos comerciantes distritais nas políticas públicas de desenvolvimento. Relatou casos de perda de mercado por empresas locais e defendeu a contratação prioritária de mão de obra local pelas empresas vencedoras. Em resposta, o Sr. Marlon Silva informou que tais preocupações estavam contempladas em ações futuras e que o projeto “Prospera Mariana”, anteriormente apresentado pelo então Vereador Juliano Gonçalves, retornaria em nova versão sob a iniciativa do Executivo. Explicou que o programa visava ao credenciamento de mercados locais e distritais para o fornecimento direto à Administração Pública. Acrescentou que novos projetos seriam enviados à Câmara, incluindo iniciativas de fomento ao comércio eletrônico local e modernização dos portais de compras públicas, com o objetivo de estimular o uso de plataformas digitais e integrar a gestão pública às novas tecnologias. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo apontou desvalorização dos prestadores locais subcontratados por empresas vencedoras, que ofereciam remuneração inferior, comprometendo a sustentabilidade dos negócios. Citou o exemplo da contratação de banheiros químicos e sugeriu revisão dos procedimentos licitatórios. Pela ordem, o Vereador Ítalo Henrique reiterou a importância de privilegiar as empresas locais, respeitando os limites legais. Destacou que prestadores locais são mais ágeis e comprometidos e defendeu o fortalecimento técnico-operacional do setor de eventos, com o objetivo de manter os recursos no município. Com a palavra, o Vereador Samuel de Freitas defendeu que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico promovesse ações efetivas de capacitação com ampla divulgação. Em complemento, o Vereador Ítalo Henrique reforçou a necessidade de a Administração ensinar os empreendedores sobre os procedimentos legais, evitando que deixassem de participar por desconhecimento. Destacou que a capacitação constante era essencial para a competitividade. Em resposta, o Secretário Marlon Silva informou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a de Planejamento, estava elaborando um conjunto de ações para a diversificação econômica do município, com anúncios previstos para breve. Afirmou que o entendimento atual do Tribunal de Contas considerava as licitações públicas legítimas ferramentas de estímulo à economia local e que a Administração agiria com base nesse entendimento. Enfatizou que o Projeto Construindo Juntos era apenas o primeiro de uma série de iniciativas voltadas à redução da dependência da mineração e ao fortalecimento dos empreendedores locais. Com a palavra, o Vereador Maurício Borges salientou a importância da proposta como mecanismo de desenvolvimento e de proteção aos microempreendedores, frequentemente prejudicados por inadimplentes. Manifestou voto favorável. Na sequência, o Sr. Edvaldo Andrade destacou a importância da mobilização dos parlamentares para estimular a participação dos empresários nas ações promovidas pelo Executivo. Informou que estava sendo organizada uma reunião no Centro de Convenções e ressaltou que o êxito da política pública dependeria do engajamento efetivo dos empreendedores. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique concordou com a fala anterior e reforçou que a ampla divulgação das iniciativas era essencial. Defendeu que o Secretário de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Desenvolvimento Econômico fosse convidado à Câmara para apresentar um plano de ação detalhado. Reforçou que o município precisava reduzir sua dependência econômica da mineração e que o Legislativo deveria protagonizar esse debate, com participação inclusive das empresas mineradoras. Encerrou afirmando que, apesar do orçamento robusto, Mariana ainda se encontrava aquém de seu potencial, justificando a urgência da discussão sobre novas matrizes econômicas. Pela ordem, o Presidente Fernando Sampaio informou que, diante dos votos favoráveis, o **Projeto de Lei nº67/2025 (Autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves)** estava liberado para a reunião ordinária. Pela ordem, o Presidente Fernando Sampaio apresentou o **Projeto de Lei nº68/2025 (Autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** “Institui o Benefício Desabrigamento para egressos do Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Mariana e dá outras providências”. Solicitado parecer jurídico, a Sra. Úrsula Cunha manifestou-se favorável. Com a palavra, o Sr. Juliano Barbosa destacou que o benefício já era administrado por resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, mas sua continuidade estava fragilizada pela ausência de base legal. Explicou que o projeto conferia natureza de política pública de Estado ao benefício, ampliando sua abrangência aos adolescentes acolhidos por famílias acolhedoras e possibilitando o atendimento de um adolescente em situação iminente de desligamento da unidade de acolhimento. **O Presidente registrou a aprovação unânime da proposta, declarando o projeto liberado para a reunião das dezesseis horas.** Em seguida, foi apresentado o **Projeto de Lei nº70/2025 (Autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** “Altera dispositivo a Lei nº3.578 de dois mil e vinte e dois que dispõe sobre abertura de cotas de empregos destinados à População Trans (Travestis, transsexuais e transgêneros) no Município e em empresas prestadoras de serviços”. Com a palavra, o Sr. Juliano Barbosa explicou que, em decorrência da recente reforma administrativa, foi criado o Departamento de Diversidade, responsável por mapear ações afirmativas, e que estava sendo preparado um questionário para avaliar a inserção da população LGBTQIAP+ no mercado de trabalho. O projeto pretendia ampliar a política de empregabilidade, assegurando a observância do nome social e demais garantias essenciais à dignidade dessa população. **A proposta foi aprovada por unanimidade e liberada para a reunião das dezesseis horas.** Continuamente, foi apresentado o **Projeto de Lei nº73/2025 (Autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos):** “Declara de utilidade pública municipal Meia Boca Futebol Clube”. Solicitado o parecer jurídico, a Sra. Úrsula Cunha manifestou-se favorável, sendo o **projeto igualmente aprovado por unanimidade e liberado para a reunião das dezesseis horas.** Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento trouxe à discussão a substituição de ônibus convencionais por veículos circulares em determinados distritos do município, questionando se a decisão fora tomada unilateralmente ou em diálogo com o Poder Executivo. Indagou, ainda, se tal substituição possuía caráter experimental ou definitivo, e se implicava em alteração nos custos ou prejuízos aos usuários, tendo em vista as inúmeras reclamações sobre a precariedade dos novos veículos. Em resposta, o Sr. Guilherme Schulz esclareceu que a mudança fora realizada com anuência do Poder Público, dentro dos limites do edital de concessão, e que, embora a alteração fosse inicialmente definitiva, poderia ser revista por orientação do Prefeito. Explicou que o objetivo era ampliar a capacidade de transporte após a implantação da tarifa zero, garantindo maior acesso ao serviço. Informou que os veículos circulares já eram utilizados em linhas urbanas e intermunicipais, contavam com plataformas de acessibilidade e foram adotados em razão do aumento significativo da demanda. Com a palavra, o Vereador José Antunes relatou diversas queixas da população nos distritos, inclusive menções à possibilidade de manifestações, e sugeriu que fosse avaliada a retomada do modelo anterior, mediante diálogo com a Secretaria de Governo. Em complemento, o Presidente Fernando Sampaio informou que o Prefeito havia afirmado que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

medida possuía caráter experimental e que, após trinta dias, seria realizada escuta pública em conjunto com o Demutran para avaliar a aceitação popular e definir a manutenção ou não do novo modelo. O Sr. Guilherme Schulz confirmou que a Administração estava monitorando a repercussão da mudança e que as manifestações de insatisfação haviam diminuído. Informou que seis distritos já haviam recebido os novos veículos: Padre Viegas, Bandeirantes, Furquim, Monsenhor Horta e Cachoeira do Brumado. A Sra. Arlinda Gonçalves reafirmou que a substituição era gradativa e experimental, conforme previsto em edital, com custos operacionais inalterados devido ao modelo padronizado de cálculo. Pela ordem, o Vereador Ítalo Henrique manifestou preocupação quanto à segurança nos novos veículos, pela ausência de cintos de segurança, situação agravada pelas estradas sinuosas da região. Com a palavra, o Presidente Fernando Sampaio corroborou tal preocupação, destacando que, embora os veículos comportassem mais passageiros, apresentavam maior risco no trajeto. O Vereador José Antunes mencionou conflitos no interior dos veículos devido à superlotação e à falta de espaço para mercadorias, especialmente em distritos como Cláudio Manoel. Na sequência, o Vereador José Sales questionou a capacidade de transporte dos novos veículos. Em resposta, o Sr. Eliabe de Freitas esclareceu que os ônibus convencionais possuíam em média quarenta e oito a quarenta e nove lugares sentados e quatorze em pé, enquanto os novos veículos comportavam quarenta e dois assentos e até trinta e oito passageiros em pé, totalizando oitenta. Pela ordem, o Vereador Samuel de Freitas relatou rejeição total da população distrital à mudança, informando a organização de abaixo-assinados em Padre Viegas, Bandeirantes e Cachoeira do Brumado. O Vereador Valmir Aparecido acrescentou que distritos como Cláudio Manoel, Águas Claras, Cuiabá e Constantino também enfrentavam dificuldades e que os gabinetes parlamentares recebiam reclamações diárias. Solicitou atenção especial à elaboração da pesquisa pública. Em resposta, o Sr. Guilherme Schulz afirmou que a definição de itinerários e veículos era atribuição exclusiva do Poder Executivo e que a concessionária apenas executava as ordens. Ressaltou que, em casos de inadequação, caberia ao Município realizar os ajustes. O Vereador Maurício Borges manifestou apoio ao programa Tarifa Zero, mas destacou que alterações significativas no transporte deveriam ser precedidas de diálogo com os vereadores e a população. Ressaltou a rejeição dos usuários e os prejuízos a agricultores e pequenos comerciantes. Solicitou reavaliação urgente da substituição dos veículos. O Vereador Marcelo Macedo expressou críticas à forma de execução do programa, embora declarasse apoio à sua concepção. Apontou que há quatro anos os distritos enfrentam problemas, como a ausência de bagageiros e atrasos frequentes. Defendeu a realização de estudos técnicos e maior fiscalização. O Presidente Fernando Sampaio reconheceu falhas, mas destacou os benefícios do programa, especialmente para os distritos, onde houve aumento de usuários e acesso ao mercado de trabalho. Sugeriu a adoção de um modelo de tarifa compartilhada para garantir sustentabilidade financeira. O Vereador Marcelo Macedo reafirmou que o crescimento da demanda era previsível e cobrou soluções baseadas em critérios técnicos. O Sr. Eliabe de Freitas informou que houve melhorias nas linhas urbanas, como a do bairro Cabanas, e reforços pontuais nos bairros Padre Viegas, Cabanas e Morro Santana. Informou que o estudo técnico das linhas distritais estava em fase final. O Vereador Samuel de Freitas cobrou clareza quanto ao caráter experimental da mudança. A Sra. Arlinda Gonçalves esclareceu que o prazo de trinta dias seria flexibilizado para viabilizar a escuta popular, com reativação da ouvidoria do Tarifa Zero e atuação de equipe técnica. O Vereador Marcelo Macedo reiterou a cobrança por soluções concretas. O Vereador Ronaldo Bento agradeceu aos representantes da Transcotta e da Administração, lamentando a ausência de consulta prévia ao Legislativo. Alertou para as dificuldades enfrentadas pelos usuários dos distritos, como o transporte de mercadorias e o desconforto causado pela ausência de bagageiros. Pontuou que, embora o contrato permitisse os ônibus urbanos, sua adoção favorecia



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

a rentabilidade da empresa, o que exigia equilíbrio com a qualidade do serviço. O Vereador Roberto Cota, morador de Santa Rita Durão, agradeceu pelo transporte rodoviário ainda atender seu distrito e criticou fortemente a ideia de substituição, citando desconforto e a insatisfação da comunidade. Relatou que o ônibus intermunicipal deixará de entrar no distrito, obrigando moradores a caminhar mais de cinco quilômetros. Solicitou reunião com o DR para reavaliação do trajeto. O Vereador Ítalo Henrique apontou que os problemas no transporte antecedem o Tarifa Zero, mas foram agravados por instabilidade política. Defendeu o programa como investimento social e sugeriu escuta ativa das associações de moradores. Propôs discussão mais ampla sobre mobilidade urbana, incluindo o impacto da circulação de veículos das mineradoras. Com a palavra, o Sr. Guilherme Schulz reiterou que o programa beneficiava centenas de milhares de pessoas e estava em constante evolução. Informou que mais de dez novos ônibus foram adquiridos e reforçou o compromisso com o diálogo e a melhoria do serviço. O Presidente Fernando Sampaio afirmou que, apesar das diferentes gestões, o aprimoramento do Tarifa Zero foi negligenciado. Defendeu que é dever de todo gestor aprimorar continuamente o programa, considerando seu impacto social. Sugeriu que o município avalie entre ampliar investimentos ou adotar um modelo de tarifa compartilhada. O Sr. Schulz declarou que ajustes pontuais foram realizados, mas reconheceu que grandes mudanças estruturais não ocorreram. Informou que locais como Paracatu já haviam sido atendidos com ônibus urbanos. O Vereador Marcelo Macedo discordou da justificativa de instabilidade política, afirmando que cada prefeito possui responsabilidade plena sobre sua gestão. Criticou a execução do contrato e a deficiência na fiscalização, sobretudo nos distritos. A Sra. Arlinda Gonçalves reconheceu que, embora algumas alterações de horário tenham ocorrido, a quantidade de novas linhas era insuficiente diante da dimensão do programa. Reforçou o compromisso da Prefeitura com pesquisas e escuta da população para definição quanto à manutenção ou não dos veículos rodoviários. O Vereador Ítalo Henrique sugeriu solução intermediária, com reforço pontual de ônibus em dias de alta demanda, destacando a importância do equilíbrio entre custo e atendimento adequado. Reafirmou que o Tarifa Zero deve ser visto como política pública de inclusão. O Vereador Valmir Aparecido informou que o Prefeito iniciará estudos com o Demutran para identificar pontos críticos e ajustar a operação nos finais de semana e feriados. Ao encerrar a discussão, o Presidente Fernando Sampaio agradeceu aos representantes presentes, reforçando que a principal urgência era a resolução do transporte nos distritos. Enfatizou a necessidade de escuta pública acelerada e, caso confirmada a vontade da população, a retomada dos ônibus rodoviários. Sugeriu também a adoção de medidas de segurança, como câmeras nos veículos e fiscalização contra assédio e comportamentos inadequados. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Fernando Sampaio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e treze minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: